

2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

Av. Pedro Freitas, 1900 - São
Pedro, Teresina - PI, 64018-900
(86) 3326-2000 |
www.cge.pi.gov.br

MARIA REGINA SOUSA
Governadora do Estado

MARIA DO AMPARO ESMÉRIO SILVA
Controladora-Geral do Estado

DÉCIO GOMES DE MOURA
Controlador-Geral Adjunto do Estado

ANTÔNIO LIMA BACELAR JÚNIOR
Corregedor-Geral do Estado

SORAYA CASTELLO BRANCO
Ouvidora-Geral do Estado



APONTE A TELA DO
CELULAR PARA O CÓDIGO
E CONFIRA A VERSÃO
DIGITAL DO RELATÓRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

4

CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL

<i>Mensagem da Controladora-Geral</i>	6
<i>Nova Direção</i>	7
<i>Organograma</i>	8
<i>Planejamento estratégico</i>	9
<i>Equipe de trabalho</i>	10

CAPÍTULO 2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<i>Diretoria Administrativo Financeira - DAFIN</i>	12
<i>Núcleo de Controle Interno - NCI</i>	14

CAPÍTULO 3 - ANÁLISES

<i>Sistema Integrado de Controle Interno - SINCIN</i>	16
---	----

CAPÍTULO 4 - ATIVIDADES DE CONTROLE

<i>Atuação por área</i>	18
<i>Gerência de Avaliação e Auditoria - GERAU</i>	19
<i>Gerência de Licitações e Contratos - GELIC</i>	20
<i>Gerência de Controle de Obras- GECOB</i>	21
<i>Gerência de Pessoal e Previdência - GEPEP</i>	22
<i>Gerência de Transferências Voluntárias - GETRA</i>	25
<i>Gerência de Tecnologia da Informação - GETIN</i>	26
<i>Núcleos Setoriais</i>	27
<i>Corregedoria-Geral do Estado</i>	28
<i>Ouvidoria-Geral do Estado</i>	29
<i>Gerência de Transparência e Controle Social - GETCS</i>	30

CAPÍTULO 5 - ATIVIDADES CONTÍNUAS

<i>Cursos e treinamentos</i>	32
<i>Participações sociais</i>	39

CAPÍTULO 6 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

41



APRESENTAÇÃO

A Controladoria-Geral do Estado (CGE/PI), órgão central de controle interno do Poder Executivo Estadual, foi criada através da Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, alterada pela Lei Complementar nº 42, de 02 de agosto de 2004 e pela Lei Complementar nº 241, de 22 de abril de 2019.

É um órgão de assessoramento direto ao Governador do Estado em matérias de controle interno, auditoria, corregedoria e ouvidoria e tem como missão defender o interesse social por meio de políticas de orientação e controle da gestão pública estadual. A Reforma Administrativa do Governo do Piauí, promovida no ano de 2019, trouxe mudanças significativas para a Controladoria-Geral do Estado, que passou a acumular as atribuições de Ouvidoria e Corregedoria.

A alteração na Lei incluiu, em suas atribuições, ministrar cursos, treinamentos e atividades fins, relacionados a sua área de atuação; exercer supervisão técnica dos Núcleos de Controle Interno, dos Núcleos de Correição e dos Núcleos de Ouvidoria; e, ainda, presidir processos administrativos disciplinares, sindicâncias e demais procedimentos correccionais, quando realizados diretamente pela CGE.

Neste relatório, a Controladoria-Geral do Estado do Piauí apresenta ao Governador do Estado, aos demais gestores estaduais e à sociedade, as principais ações desenvolvidas no decorrer do exercício de 2022, por sua equipe técnica multidisciplinar, formada por Auditores Governamentais, que atuam sob a coordenação da Controladora-Geral do Estado.

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL

MENSAGEM DA CONTROLADORA-GERAL

Finalizamos 2022 com sentimento de dever cumprido. Ao longo desse ano, priorizamos o nosso dever de orientar e acompanhar os gestores, visando o controle na aplicação dos recursos públicos.

Um dos trabalhos mais importantes consistiu na capacitação de aproximadamente 400 pessoas, que se tornaram multiplicadores das boas práticas de gestão.

Ressaltamos o longo trabalho de capacitação para os setores dos órgãos e entidades estaduais visando o cumprimento da legislação relacionada ao eSocial. Diante da necessidade de cumprimento dos prazos, intensificamos as orientações, com reuniões, videoconferências, acompanhando de perto o envio das informações para o sistema da Receita Federal. Foi um trabalho desafiador mas não seria possível sem o apoio da equipe de auditores e demais colaboradores lotados na Gerência de Pessoal e Previdência e nos órgãos e entidades estaduais.



“Priorizamos o zelo pela gestão pública e vamos dar continuidade aos nossos trabalhos que já temos em foco.”

As demais gerências da CGE e auditores setoriais também tiveram seu papel importante. Cada um, em suas áreas de competência, atuaram alinhados às atividades de controle interno, gerenciamento dos riscos e boas práticas de governança. Afinal, esse é o papel da CGE: apresentar soluções legais, viáveis e seguras para o gestor e para o Governo do Estado.

Também salientamos os avanços nas áreas de Ouvidoria, que nos últimos quatro anos ampliou o recebimento de manifestações por meio de seus canais, como o e-OUV e o Fala.Br, implantado pela CGE no final do ano passado. Registramos um crescimento de 104% no número de manifestações, se comparado ao ano anterior. Do total de manifestações recebidas, quase a totalidade foi concluída em 2022, o que mostra os esforços da Ouvidoria, até então integrada à CGE, e dos Núcleos de Ouvidoria, para garantir a resposta em tempo hábil ao cidadão.

A Corregedoria também se destaca na realização de atividades relacionadas à prevenção e apuração das irregularidades. Em 2022, a CGE lançou um site para emissão de Certidões Negativas de Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD), visando desburocratizar o processo de solicitação do documento no âmbito da Corregedoria.

Em 2023 enfrentamos novos desafios, mas continuaremos priorizando o zelo pela gestão pública, contribuindo para a melhoria da eficácia e eficiência da gestão pública.

Maria do Amparo Esmério Silva
Controladora-Geral do Estado do Piauí

NOVA DIREÇÃO

Amparo Esmério é nomeada Controladora-Geral do Estado

A Governadora Regina Sousa nomeou a auditora governamental Maria do Amparo Esmério Silva para o cargo de Controladora-Geral do Estado do Piauí. A nomeação foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado do dia 13 de abril. Maria do Amparo Esmério Silva é auditora governamental de carreira e já atuou como Controladora-Geral do Estado entre 2006 e 2010. Também atuou como Gerente de Convênios e Gerente e Pessoal e Previdência.



O auditor governamental Márcio Rodrigo cumpriu a missão de estar a frente da Controladoria-Geral do Estado no período de 2019 a março de 2022.

Formação da nova equipe de gestão



DÉCIO GOMES

Controlador-Geral Adjunto do Estado



BACELAR JUNIOR

Corregedor-Geral do Estado



SORAYA CASTELLO BRANCO

Ouidora-Geral do Estado



IRIANA FEITOSA

Diretora Administrativo-Financeira



PAULO HENRIQUE

Gerência de Controle de Obras



GIOVANNA GARCIA

Gerente de Avaliação e Auditoria



ALEXANDRE FARIAS

Gerente de Transparência e Controle Social



CASSANDRA COELHO

Gerente de Correição e Disciplina



FERNANDO LAERTE

Gerência de Tecnologia da Informação



ANA CAROLINE ALENCAR

Gerente de Licitações e Contratos



LIDIANE DE MELO

Gerente de Transferências



THAYSY CASTRO

Gerente de Triagem e Atendimento da Ouvidoria



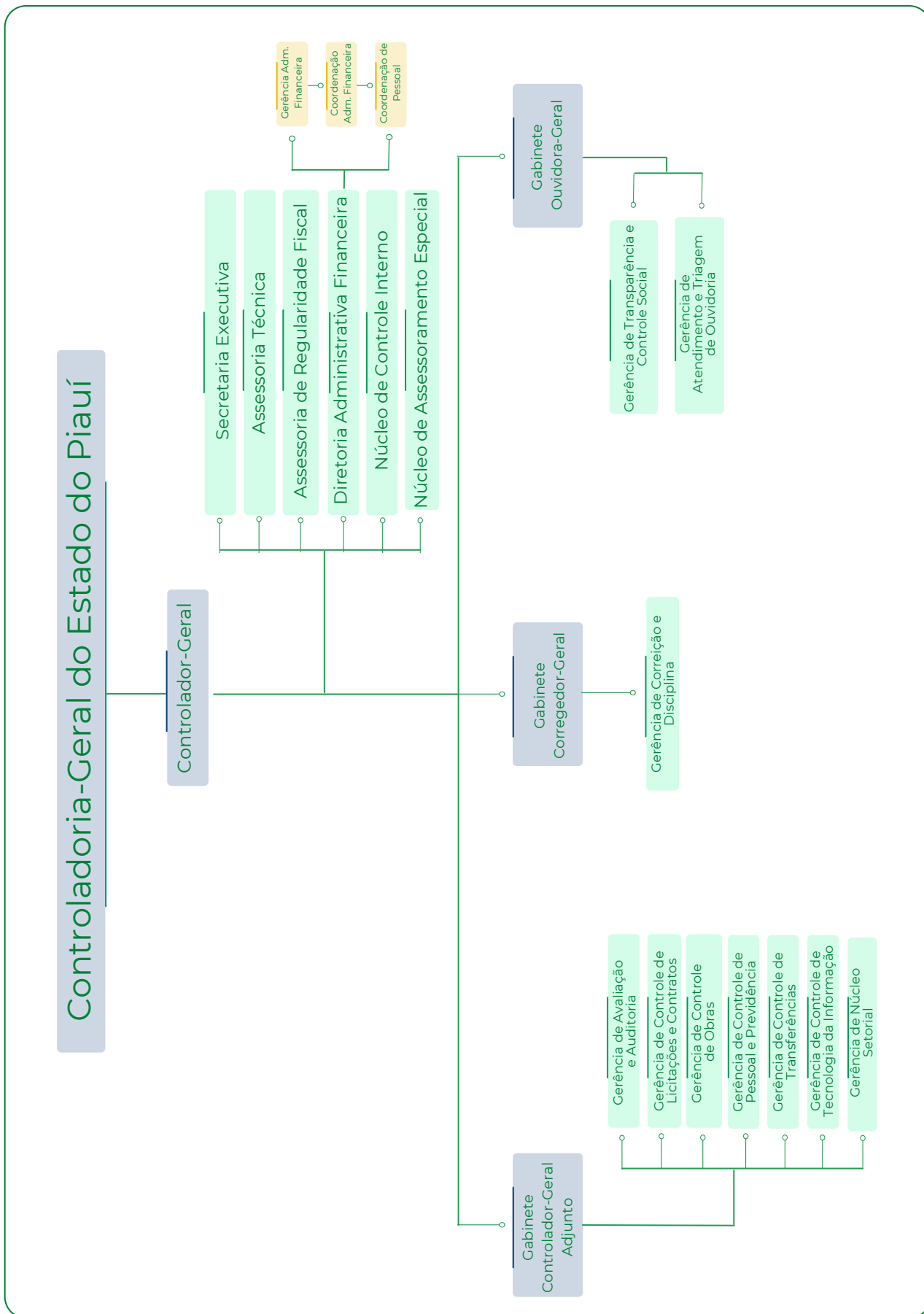
FELIPE LEAL

Gerente de Pessoal e Previdência



KILMER TÁVORA

Núcleos Setoriais



2019 - 2022

MISSÃO

Promover a eficiência e a regularidade na gestão pública.



VISÃO

Ser reconhecida e valorizada como instituição de excelência em consultoria de gestão e controle no setor público.

VALORES

Integridade Inovação Excelência na gestão Foco nos resultados

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

RELAÇÃO COM OS CLIENTES

Ser reconhecida como uma instituição de excelência em consultoria de gestão pública e controle preventivo e concomitante de riscos.

Ser valorizada profissionalmente na proporção da importância de nossas contribuições para a melhoria dos serviços públicos.

PROCESSOS INTERNOS

Criar uma estrutura de funcionamento interno da CGE que favoreça a integração entre os setores e as pessoas.

Distribuir nossa força de trabalho na medida das necessidades entre os projetos e operações mais importantes para nossa missão institucional.

CAPACIDADE OPERACIONAL

Garantir os recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais para desempenhar nossa missão adequadamente.

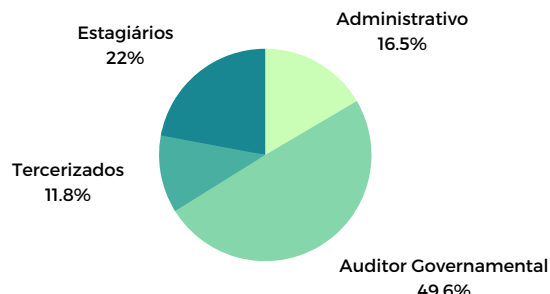
Fortalecer as relações institucionais com outros órgãos de gestão e controle.

EQUIPE DE TRABALHO

Encerramos o ano de 2022 com 127 colaboradores, dos quais 63 são auditores governamentais de carreira, aprovados em concursos públicos.

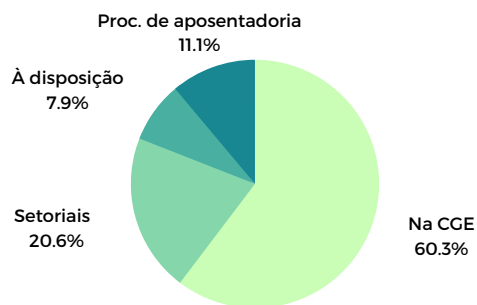
Colaboradores por cargo

Categoria	Quantidade
Auditor Governamental	63
Administrativo	21
Tercerizado	15
Estagiário	28



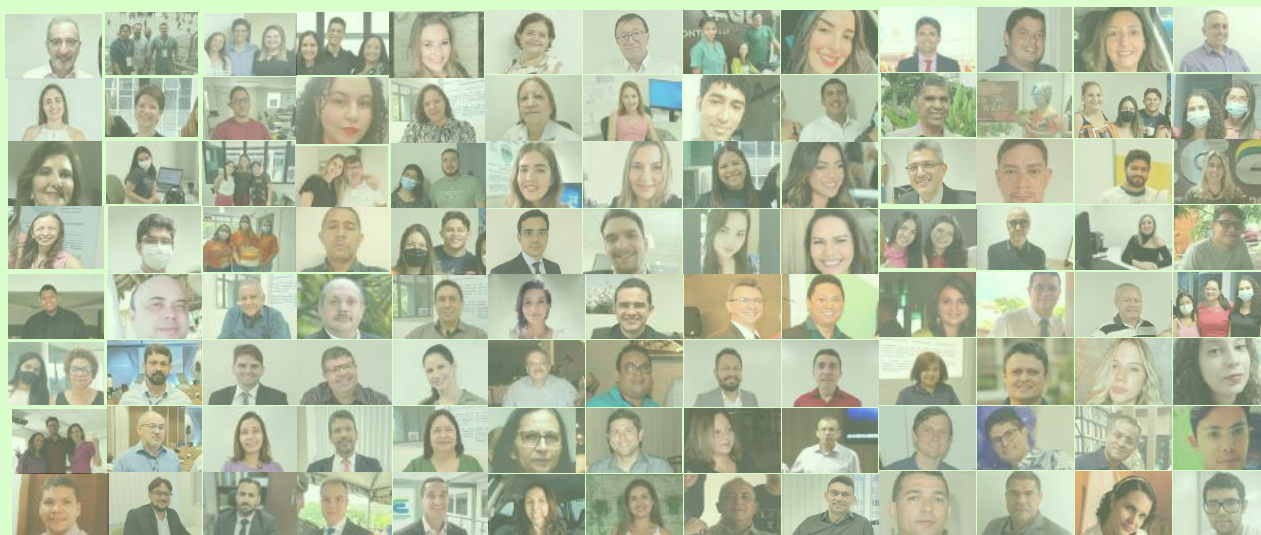
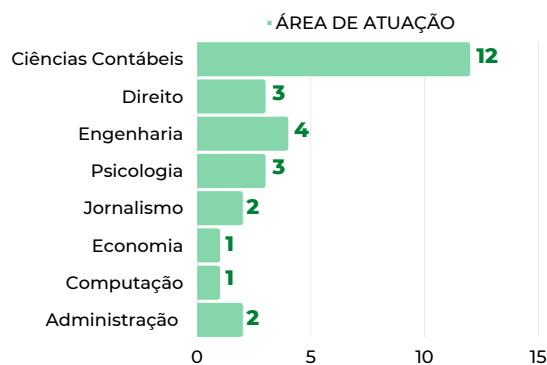
Distribuição dos auditores

Situação	Quantidade
Sede da CGE	38
Setoriais	13
À disposição	5
Aposentados ou em processo de aposentadoria	7



Programa de Estágio

Em 2022, a CGE passou a contar com 28 estagiários que fazem parte do Programa de Estágio na CGE, uma oportunidade de aliar a teoria estudada na universidade à prática no âmbito da Administração Pública. Os acadêmicos atuam nas Gerências bem como nos Núcleos Setoriais, auxiliando os auditores nas atividades de controle interno, corregedoria e ouvidoria.



CAPÍTULO 2

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA (DAFIN)

Diretora: Iriana Feitosa de Oliveira

MISSÃO

Execução das atividades setoriais nas áreas de comunicação administrativa, material e patrimônio, serviços gerais e transportes, pessoal, contratos, bem como proceder o controle e o acompanhamento orçamentário e financeiro da instituição.

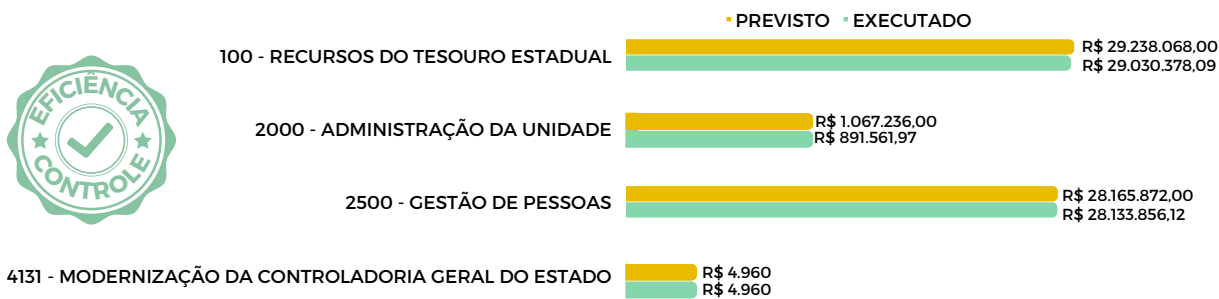
PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Macroprocessos de apoio e principais produtos e serviços:

- ✓ Aquisição de materiais;
- ✓ Aquisição de bens e serviços;
- ✓ Serviços de Apoio Administrativo;
- ✓ Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Piauí (TCE/PI).

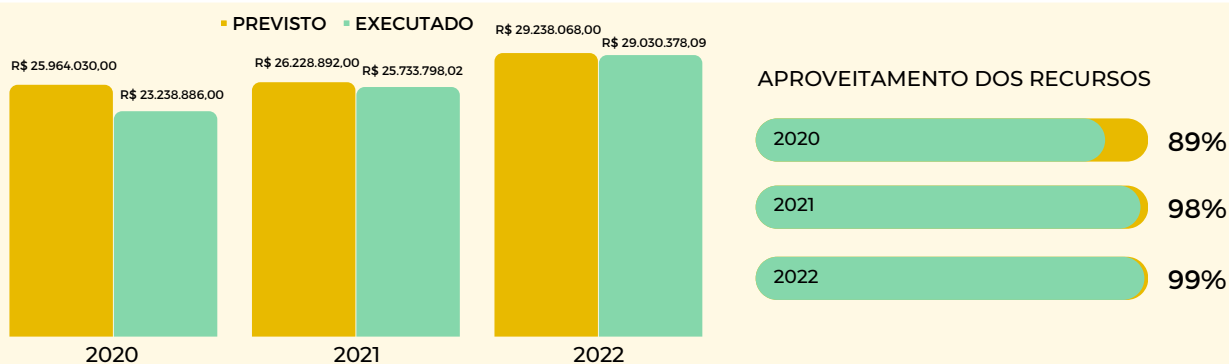
PLANO PLURIANUAL 2020-2023

O Plano Plurianual 2020-2023 apresentou os programas para o quadriênio, entre eles a GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE (0010) com as ações abaixo discriminadas, as quais compuseram o orçamento de 2022 da Controladoria-Geral do Estado:



PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Observou-se uma evolução na execução orçamentária entre 2020 a 2022. Destacamos que o orçamento foi aproveitado em 99,29% no último ano.



PRINCIPAIS ATIVIDADES

- ✓ Contratação de 10 colaboradores, dos quais 08 são estagiários e 02 auxiliares de nível superior para contribuir nas atividades deste órgão;
- ✓ Atualização e digitalização dos documentos dos servidores para inclusão no sistema de pessoal;
- ✓ Adequação à 3ª fase do e-Social;

DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA (DAFIN)

Diretora: Iriana Feitosa de Oliveira

NÚCLEOS DE CONTROLE INTERNO MOBILIADOS

✓ AQUISIÇÃO DE 366 MÓVEIS

Em conjunto com a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, a CGE adquiriu 366 móveis para mobiliar os Núcleos de Controle Interno do Estado. A estruturação física dos NCI's é um passo importante para a realização do trabalho de controle interno e uma necessidade antiga de grande parte dos Núcleos.

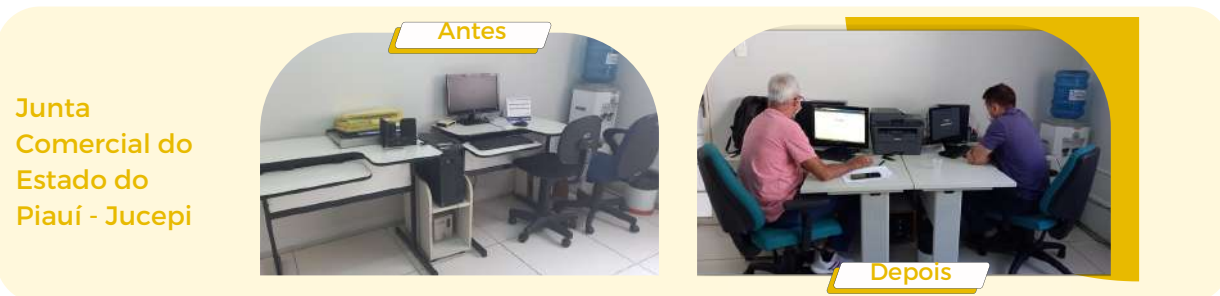


A quantidade de móveis podem ser especificados a seguir:

Mesa individual	Mesa reunião	Gaveteiros	Cadeiras fixas	Cadeiras giratórias	Longarina 3 lugares	Armário G	Armário P
113	3	43	50	120	1	16	20

✓ 26 ÓRGÃOS E ENTIDADES CONTEMPLADOS

Com a aquisição do mobiliário, 26 Núcleos dos órgãos e entidades estaduais foram contemplados em 2022. Confira o antes e depois de alguns órgãos:



NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO - NCI

Helder Borges de Almeida

O Núcleo de Controle Interno, vinculado à Diretoria Administrativo-Financeira - DAFIN, é responsável por administrar o Sistema Integrado de Controle Interno - SINCIN da CGE garantindo que todas as unidades gerenciais desenvolvam suas tarefas de maneira a integrar e uniformizar os trabalhos internos, buscando, assim, a regularidade e a eficiência.

ATIVIDADES DE CONTROLE 2022

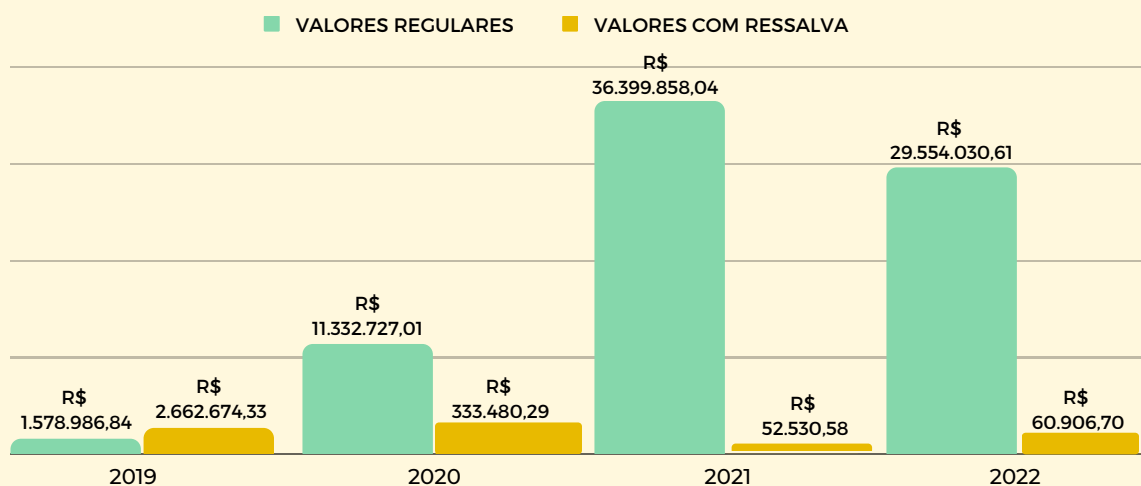


174 análises realizadas

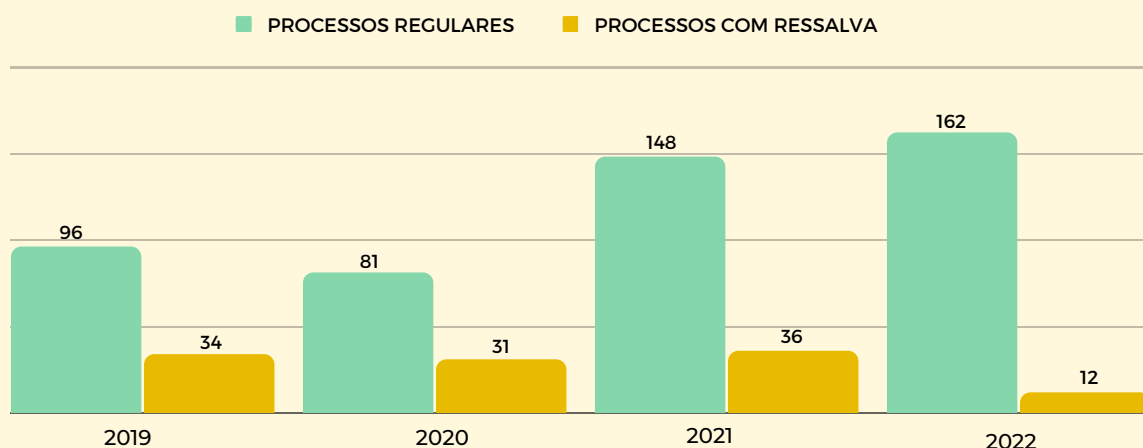


R\$ 29.614.937,31 milhões analisados

VALORES ANALISADOS PELO SINCIN ENTRE OS ANOS DE 2019 A 2022



PROCESSOS ANALISADOS PELO SINCIN ENTRE OS ANOS DE 2019 A 2022



A ressalva representa uma ausência de documentos necessários que devem constar na formalização do processo, não implicando, em alguns casos, em irregularidades.

CAPÍTULO 3

ANÁLISES

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO - SINCIN

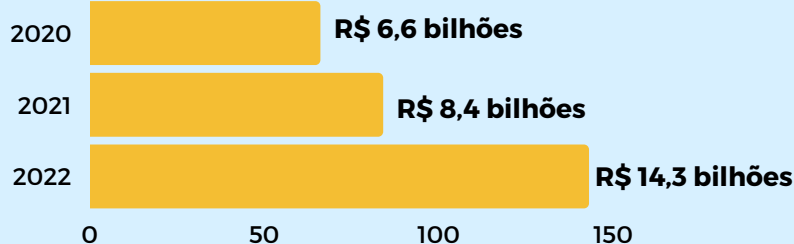
Para permitir uma maior segurança nas análises das despesas, a CGE criou, em 2017, o Sistema Integrado de Controle Interno (SINCIN), um sistema eletrônico de *compliance*, que define o *checklist* para avaliar o cumprimento dos critérios legais das despesas. Assim, observou-se, também, maior celeridade das análises, levando-se, em média, 20 minutos para finalização do procedimento. Ademais, pode-se constatar o aumento do controle e maior eficiência e transparência na gestão.

Em 2022, os Núcleos de Controle Interno e fiscais de contratos avaliaram mais de R\$ 14,3 bilhões, por meio do SINCIN, referentes a contratações, pagamentos de despesa, prestação de contas e execução contratual.

ANÁLISES EM 2022

R\$ 14.398.118.614,76 bilhões

EVOLUÇÃO DO VOLUME ANALISADO ENTRE 2020 A 2022



AUMENTO DE 70,2%
em relação a 2021

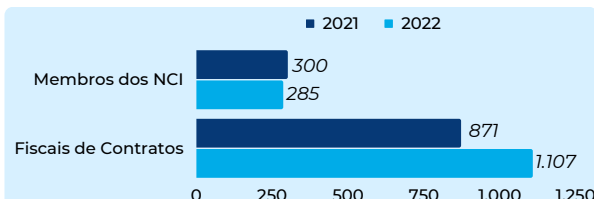
EQUIPES DE TRABALHO

A CGE acompanha órgãos e entidades, Núcleos de Controle Interno e fiscais de contratos que contribuem para a correta aplicação dos recursos públicos.

✓ 50 órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí

✓ 285 membros dos Núcleos de Controle Interno } 66 coordenadores;
164 membros;
55 gestores.

✓ 1.107 fiscais de contratos



RECOMENDAÇÕES

Em 2022, foram emitidas recomendações aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí.

✓ **Núcleo de Controle Interno**

- 48.250 em contratações e pagamentos;
- 2.970 em prestações de contas;
- 108 em prestações de contas por transferências.

✓ **Fiscais de contratos**

- 18.175 contratos e pagamentos fiscalizados

✓ **Certificação de tomadas de contas especiais**

- 5 recomendações

MANUAL DO SINCIN

Em setembro, a CGE realizou a atualização de melhorias e apresentou a versão 3.0 do SINCIN através do Manual de orientações. O documento está dividido em sete capítulos e engloba todas as etapas que o usuário precisa conhecer para utilizar o sistema detalhadamente, permitindo a utilização do sistema de forma prática e objetiva. Disponível em: cge.pi.gov.br



CAPÍTULO 4

**ATIVIDADES
DE CONTROLE**



ATUAÇÃO POR ÁREA

O sistema de controle interno do Poder Executivo compreende quatro macrofunções do controle interno: auditoria governamental, controladoria, ouvidoria e corregedoria, uma medida que fortalece a atividade do controle interno no Piauí e garante resultados mais eficientes para a gestão estadual.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLADORIA

No âmbito de auditoria governamental e controladoria, a CGE possui 06 Gerências e 10 Núcleos Setoriais de atividade-fim que atuam para cumprir suas funções para promover a eficiência e regularidade da gestão pública.

GERÊNCIAS

Avaliação e Auditoria
Licitações e Contratos
Controle de Obras
Pessoal e Previdência
Transferências Voluntárias
Tecnologia da Informação

NÚCLEOS SETORIAIS

SASC	SAF
SEJUS	FUESPI
SEADPREV	SEDUC
SEFAZ	SETRANS
SESAPI	SSP-PI

CORREGEDORIA

A Corregedoria-Geral do Estado (CRG) foi instituída, na Controladoria-Geral do Estado, em 2019, por meio da Lei Complementar N° 241, de 22 de abril de 2019.

No âmbito da macrofunção corregedoria, a CGE possui 01 gerência que atua para garantir a conformidade legal e o atendimento aos princípios basilares da Administração pública.

GERÊNCIA

Correição e Disciplina

OUIDORIA

Assim como a Corregedoria, a Ouvidoria-Geral do Estado também passou a fazer parte da Controladoria-Geral do Estado a partir da Reforma Administrativa promovida no Poder Executivo Estadual instituída pela Lei Complementar N° 241, de 22 de abril de 2019.

No âmbito da macrofunção ouvidoria, a CGE possui 02 gerências que atuam promovendo a defesa dos direitos e interesses da população, assegurando-lhes oportunidade de participação na gestão pública.

GERÊNCIAS

Atendimento e Triagem de Ouvidoria
Transparência e Controle Social

GERÊNCIA DE AVALIAÇÃO E AUDITORIA - GERAU

Giovanna Garcia de Andrade

MISSÃO

Realizar as atividades de auditoria, fiscalização, avaliação, orientação e acompanhamento das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.



A GERAU avalia a eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e equidade dos órgãos, entidades, programas ou ações do Poder Executivo Estadual.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Planejar as auditorias de desempenho e de conformidade baseadas em avaliações prévias de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas do objetos auditáveis e nos riscos associados a eles, com base na probabilidade e no impacto;

Executar auditorias de desempenho e de regularidade em órgãos, entidades, programas ou ações do poder executivo;

ATIVIDADES DE CONTROLE

Avaliação de regularidade

Emissão de 297 Certificados de Regularidade para 41 órgãos e entidades estaduais por terem analisado todos os processos de pagamentos, por meio do Sistema Integrado de Controle Interno (SINCIN). O documento é uma forma de destacar e reconhecer a relevância do trabalho desenvolvido pelos Núcleos de Controle Interno e informar ao Gestor a quantidade de processos e o total de recursos despendido pelo órgão/entidade que foram analisados pelo controle. A certificação tem um impacto positivo nos NCI's que acompanham 'dia a dia' todos os processos e envolvem toda equipe para conseguirem o Certificado.

Notificações

Emissão de 241 notificações que consistem em informar mensalmente a quantidade e volume de recursos pagos pelos órgãos/entidades que não tiveram sua análise regularizada pelo SINCIN, podendo acarretar prejuízo ao erário.

Relatórios de inspeção

Produção de 46 relatórios de inspeção dos órgãos do Poder Executivo Estadual. São selecionados processos diversos, como: contratação, pagamento, prestação de contas, além de fiscalização, considerando a relevância e a materialidade do gasto, além de observar a diversidade de processos. Com base nessa análise produz-se o relatório de inspeção. Os relatórios são produzidos pelo auditor, com base nas análises realizadas nos processos gerados nos Núcleos de Controle Interno (NCI), quando identificados, são apontadas inconsistências ou pontos de atenção. O relatório é enviado ao gestor do órgão;

Consultoria e monitoramento

Atendimento direto e contínuo aos Núcleos de Controle Interno dos órgãos. A equipe da GERAU é composta por 04 auditores, além da gerente. Cada auditor é responsável por acompanhar e dar apoio técnico a 09 órgãos, esse atendimento direto contribui para o aperfeiçoamento das análises realizadas pelos membros dos NCI.

Treinamentos

Realização de treinamentos para os membros dos NCI e para os Fiscais de Contratos Administrativos; Capacitação do Curso de formação para controladores internos bem como a aplicação da avaliação e a emissão dos certificados para os aprovados.

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - GELIC

Ana Caroline Alencar de Souza

MISSÃO



Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Exercer controle sobre dispensas, inexigibilidades, licitações e contratos para aquisição de bens e serviços em geral, avaliando: a necessidade da contratação; a quantidade demandada às reais necessidades; a compatibilidade dos valores de referências com os preços praticados em outros entes públicos e no mercado.

Com base nos exames realizados, percebe-se a importância do trabalho desenvolvido durante os últimos anos por este órgão de controle quanto às atividades relativas às análises das planilhas de custo e formação de preços, que contribuiu para uma redução do risco de uma contratação muito superior ao preço de mercado. A apresentação do orçamento detalhado em planilha no processo licitatório reforça não apenas a ideia de uma contratação viável, mas também equilibrada, que atende o interesse público e zela por seu patrimônio.

ATIVIDADES DE CONTROLE

Com um total de 408 documentos, tendo por objeto a análise de licitações, prorrogações, repactuações e demais alterações contratuais, a GELIC emitiu em 2022:

✓ 234 pareceres

✓ 174 despachos orientativos



A atividade da CGE fortalece o acompanhamento e a fiscalização de contratos celebrados com o Poder Executivo Estadual. O objetivo do trabalho é orientar a gestão quanto a fiscalização e a execução dos contratos relevantes do Estado, por meio de recomendações, para agregar valor e evitar irregularidades e prejuízos.

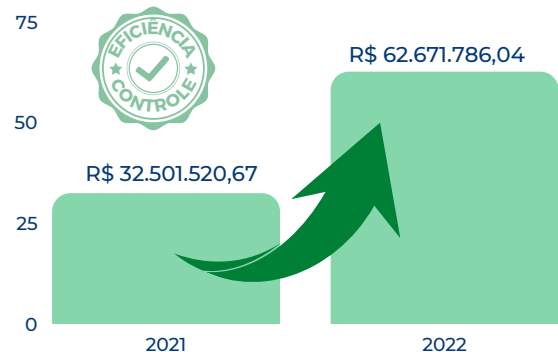
GANHO DE EFICIÊNCIA

Comparativo entre 2021 e 2022 na economia gerada

AUMENTO DE 92,8%

Em 2022, o ganho de eficiência representado pela GELIC foi de R\$ 62.671.786,04 milhões, 92,8% a mais se comparado a 2021.

Os principais objetos analisados foram terceirização de mão de obra e locação de veículos.



O trabalho é pautado visando a correta aplicação dos recursos públicos, e tem por objetivo contribuir para a melhoria do desempenho da Administração Pública e da qualidade dos serviços entregues ao cidadão, bem como a obediência aos princípios da legalidade, moralidade, economicidade, impessoalidade, eficiência e publicidade, entre outros.



GERÊNCIA DE CONTROLE DE OBRAS - GECOB

Paulo Henrique Melo Portela

MISSÃO

Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento dos processos de contratação e execução de obras e serviços de engenharia.



A GECOB realiza a fiscalização e avaliação por meio de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria, bem como pesquisas; e desenvolve métodos, técnicas e padrões para trabalhos de obras públicas.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Exercer controle sobre dispensas, inexigibilidades, licitações e contratos de obras e serviços de engenharia, avaliando:

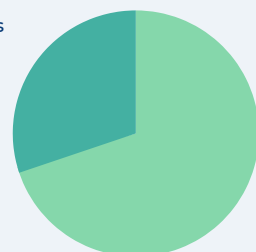
- ✓ A necessidade da contratação;
- ✓ A quantidade demandada por órgão ou entidade e compatibilidades com as reais necessidades;
- ✓ A compatibilidade dos valores de referências com os preços praticados em outros entes públicos e no mercado;

ATIVIDADES DE CONTROLE

Com um total de 116 processos analisados, a GECOB emitiu em 2022:

- ✓ 81 pareceres
- ✓ 35 despachos orientativos

Despachos orientativos
30.2%



Pareceres
69.8%

A GECOB atuou no acompanhamento de obras prioritárias para a população, tais como:

- ✓ Obra de reforma e ampliação do Hospital Natan Portela, em Teresina - PI;
- ✓ Pavimentação em paralelepípedo em vias do município de Palmeirais-PI;
- ✓ Reforma e Ampliação do Hospital Senador Dirceu Arcoverde, em Uruçuí - PI;
- ✓ Análise do Projeto Básico para melhoramento da implantação e pavimentação asfáltica em diversas cidades e povoados do Piauí.

GANHO DE EFICIÊNCIA

Em 2022, o ganho de eficiência representado pela GECOB foi de R\$ 19.021.742,46 milhões.

As economias são geradas, principalmente, na avaliação do projeto e planilha orçamentária das obras e serviços de engenharia.

A atuação da CGE se faz importante no gerenciamento dos possíveis riscos que possam impactar o andamento das construções, garantindo que a obra seja realizada dentro do custo estabelecido, de acordo com prazo fixado no cronograma e que tenha qualidade na sua execução.

20 R\$ 19.021.742,46



2022

GERÊNCIA DE PESSOAL E PREVIDÊNCIA - GEPEP

Felipe Leal Souza

MISSÃO



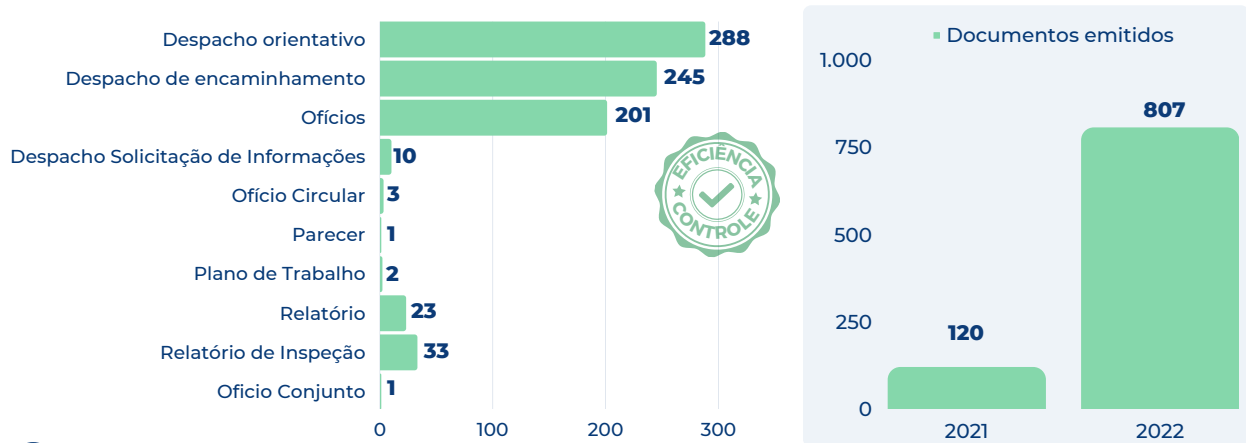
Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento das despesas com pessoal e previdência.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Monitorar o gasto com pessoal do Poder Executivo a fim de alertar para o cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais; exercer controle sobre o aumento do gasto com pessoal; bem como avaliar riscos e exercer controle sobre as transações que envolvem pagamento de servidores.

ATIVIDADES DE CONTROLE

Cumprindo seu papel de capacitar e orientar as equipes dos órgãos e entidades responsáveis pelo atendimento das obrigações principais, a GEPEP, em 2022, emitiu **807 documentos** de controle de pessoal e previdência, conforme detalhado abaixo:



Destacamos a elaboração de 33 Relatórios de Inspeção sobre a análise do processo de despesa relacionado às folhas de pagamento de pessoal. O documento tinha o intuito de orientar e avaliar a consistência dos dados produzidos pelos membros do Núcleo de Controle Interno – NCI.



SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS - ESOCIAL

A CGE, como órgão central de controle interno do Poder Executivo do Piauí, é responsável pela coordenação dos órgãos/entidades para a implantação do eSocial no Poder Executivo Estadual, conforme determina o Decreto Estadual nº 17.774 de 22/05/2018.

Em 2021, iniciou a primeira fase alcançando 46 órgãos e entidades estaduais que enviaram os eventos, tabelas do empregador, fazendo parte, assim, do primeiro grupo de eventos a ser transmitido ao Ambiente Nacional do eSocial.

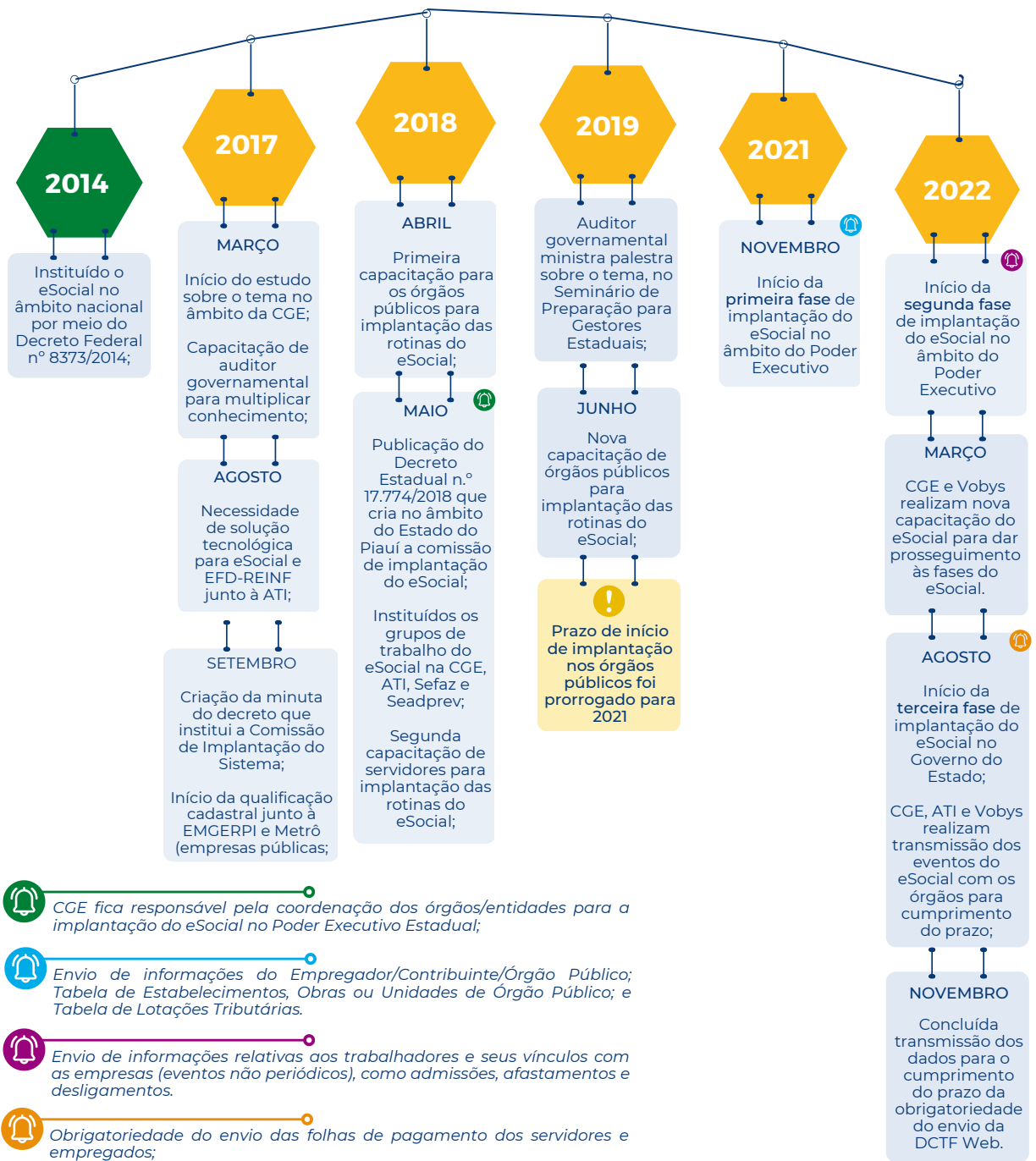
Em 2022, houve a continuidade na Implantação do Sistema no envio dos eventos da 2ª Fase (eventos não periódicos) S-2200 e S-2300, que tratam sobre informações relativas aos servidores e seus vínculos com os órgãos; e a 3ª fase com o envio das folhas de pagamento que englobam os eventos S-1200, S-1202 e S-1210. Foi realizado capacitações, juntamente com a empresa Vobys, para 54 órgãos e 96 servidores com o intuito de orientar de forma prática sobre a transmissão dos eventos no sistema do eSocial.

GERÊNCIA DE PESSOAL E PREVIDÊNCIA - GEPEP

Felipe Leal Souza

eSocial EVOLUÇÃO DO SISTEMA NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi criado em 2014 para centralizar todas as informações de empregados de empresas e órgãos públicos. O objetivo é simplificar o cumprimento de obrigações previdenciárias e trabalhistas e garantir os direitos dos trabalhadores. No âmbito dos órgãos públicos, o prazo inicial para a implantação foi em 2018. Um ano antes, iniciava o trabalho da CGE para que o Estado cumprisse o cronograma.

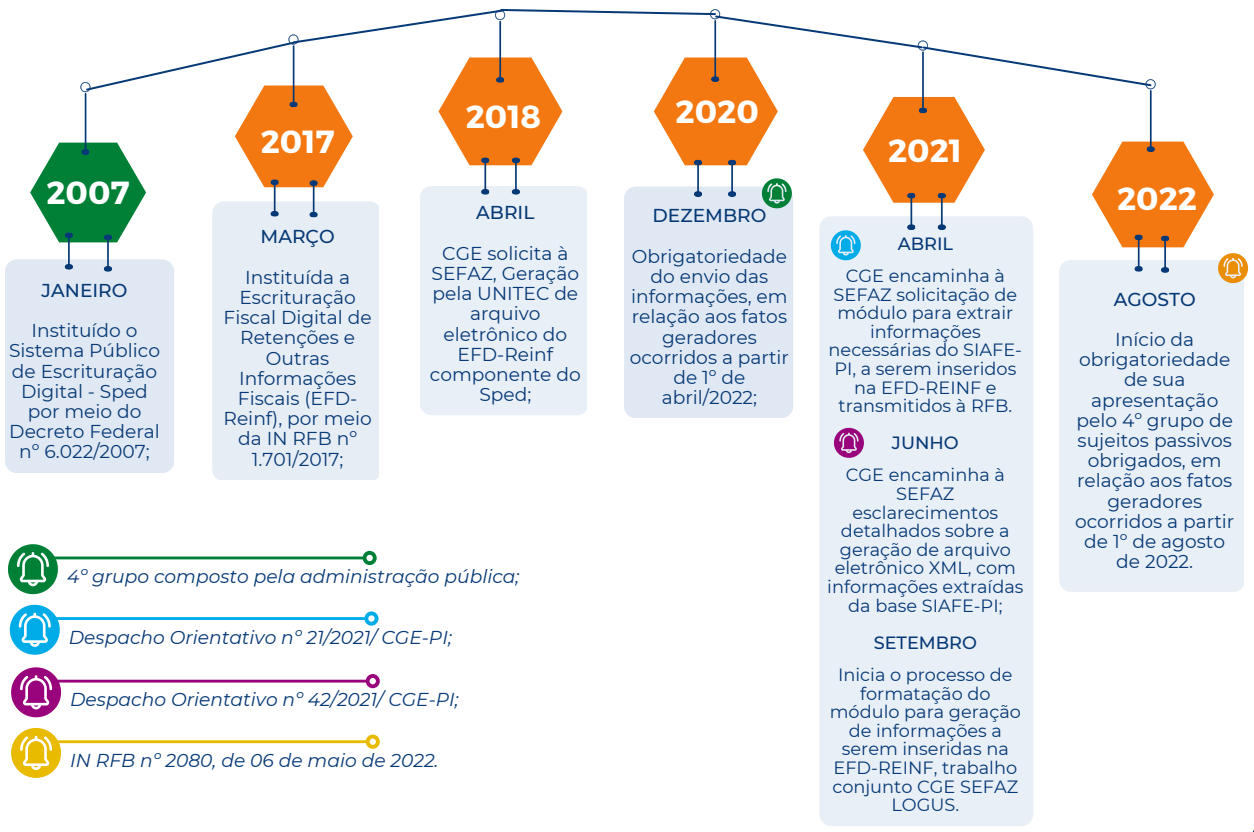


- CGE fica responsável pela coordenação dos órgãos/entidades para a implantação do eSocial no Poder Executivo Estadual;
- Envio de informações do Empregador/Contribuinte/Órgão Público; Tabela de Estabelecimentos, Obras ou Unidades de Órgão Público; e Tabela de Lotações Tributárias.
- Envio de informações relativas aos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), como admissões, afastamentos e desligamentos.
- Obrigatoriedade do envio das folhas de pagamento dos servidores e empregados;

EFD-Reinf SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

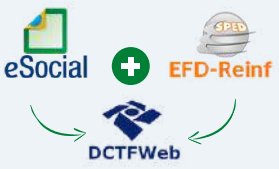
Antes mesmo da criação do eSocial, o governo federal criou o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), que modernizou a sistemática do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital.

O EFD-Reinf é um dos módulos do SPED, utilizado no âmbito do Poder Executivo Estadual para escriturar de forma eletrônica os rendimentos pagos ou recebidos que tenham retenções federais. Em 2022, a GEPEP orientou os órgãos através de documentos e de maneira prática sobre o cumprimento do Sistema.



DCTFWeb DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS E DE OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS - DCTFWEB

A DCTFWeb é o meio por onde órgãos e entidades devem declarar débitos de contribuições de origem previdenciárias ou daquelas destinadas a terceiros. O sistema recebe e consolida as apurações enviadas pelas escriturações, de forma automática, após o envio dos eventos de fechamento do eSocial ou da EFD-Reinf.



OUTUBRO 2022
A entrega da DCTFWeb foi obrigatória em relação aos tributos cujos fatos geradores relativos a competência de outubro de 2022, para os entes públicos integrantes do "Grupo 1 - Administração Pública" e do "Grupo 5 - Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais";

Em novembro, a CGE acompanhou, de forma conjunta com órgãos e entidades, a transmissão dos dados para o cumprimento do prazo da obrigatoriedade. Ao todo, foi enviada a DCTFWeb de **54 órgãos à Receita Federal**.

O prazo habitual da transmissão das informações deve ser realizada até o dia 15 do mês seguinte ao de competência.

O trabalho da GEPEP continua com o monitoramento dos órgãos e entidades para a realização de ajustes das informações.

GERÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - GETRA

Lidiane de Melo Sousa

MISSÃO



Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento da gestão e execução das transferências voluntárias de recursos.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

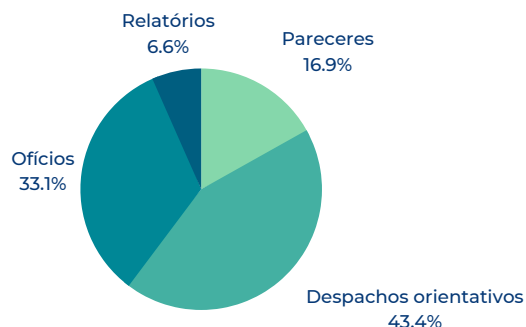
Orientar e subsidiar os órgãos e entidades estaduais nas atividades relativas aos convênios de receita, de despesa e parcerias; bem como opinar sobre a execução e prestação de contas dos recursos dos convênios de receita, de despesa e parcerias.

ATIVIDADES DE CONTROLE

- ✓ Análise de processos de celebração de convênios estaduais, parcerias e contratos de patrocínios dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- ✓ Atendimento direto e contínuo aos órgãos e entidades estaduais, bem como organizações da sociedade civil;
- ✓ Realização de treinamentos para usuários do Sistema de Gestão de Convênios Estaduais - SISCON;
- ✓ Realização de auditorias, inspeções e monitoramentos realizados de acordo com o plano anual elaborado pela CGE.

Com um total de 166 documentos, a GETRA emitiu em 2022:

- ✓ 72 despachos orientativos
- ✓ 55 ofícios
- ✓ 28 pareceres
- ✓ 11 relatórios



ATUAÇÃO

Auditoria operacional nas comunidades terapêuticas

A GETRA iniciou a auditoria operacional das comunidades terapêuticas que tem parceiras firmadas por Termo de Fomento com a Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas - CENDROGAS. O objetivo da CGE é verificar o cumprimento do plano de trabalho apresentado pelas instituições. A atuação diz respeito principalmente à priorização do controle de resultados, ao cumprimento de metas e objetivos estabelecidos, como forma de verificar se as finalidades pretendidas foram alcançadas, ou seja, se o que é proposto pela instituição está adequado às ações de tratamento, à reinserção do acolhido à sociedade. Em suma, avaliar a efetividade da política pública desempenhada.



Visita à Comunidade Casa do Oleiro



Visita à Comunidade Padre Pio



Em 2022, a CGE orientou, através do Ofício N.º5/2022, os órgãos e entidades estaduais quanto a proibição da realização de transferência voluntária de recursos nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, ou seja, a partir de 2 de julho de 2022. A orientação foi necessária para que seja cumprido o que determina a Lei sem provocar prejuízos para a realização das ações nos municípios.

GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GETIN

Fernando Laerte Miranda de Carvalho

MISSÃO



Contribuir para o aperfeiçoamento dos controles na área da Tecnologia da Informação.

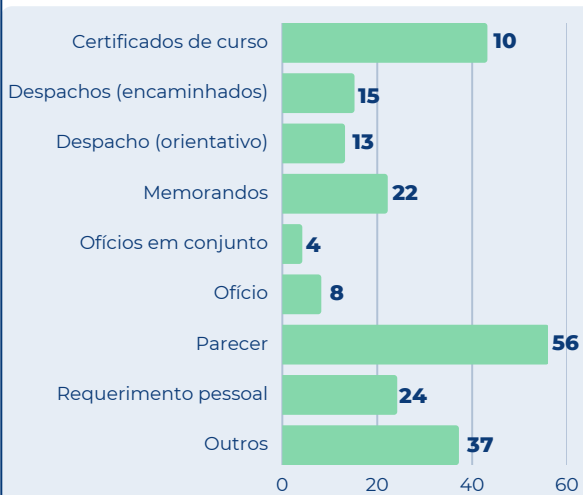
PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Manter o regular funcionamento da Tecnologia da Informação na Controladoria-Geral do Estado do Piauí e fiscalizar a gestão e o uso de recursos de TI na Administração Pública Estadual.

ATIVIDADES DE CONTROLE

- ✓ Inclusão de publicações dos EXTRATOS Diário Oficial do Estado no Sistema Integrado de Controle Interno (SINCIN);
- ✓ Apoio Institucional ao MP-PI: Acordo de Cooperação Técnica para a cessão do direito, licença de uso e apoio na implementação do SINCIN;
- ✓ Implantação e adoção de ferramentas de Business Intelligence; Capacitar os servidores estaduais na elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- ✓ Participação em Grupos de Trabalho (Ex: Implementação do Sistema de Legislação do Estado e modernização do sistema do Diário Oficial do Estado);
- ✓ Capacitação da equipe em Data Science, Machine Learning e Business Intelligence; Implantação e adoção de ferramentas de Business Intelligence.

De acordo com um levantamento realizado pelo Sistema SEI, 186 processos com tramitação foram registrados na Unidade GETIN. Para manter o regular funcionamento da Tecnologia da Informação, foram emitidos 222 documentos, conforme detalhado abaixo:



SISTEMAS

✓ **SICRED** Sistema de Credenciamento de Serviços de Engenharia desenvolvido com apoio negocial da Gerência de Controle de Obras (GECOB) para controle e gerenciamento de credenciamento para serviços de engenharia no Estado.



✓ **SIGRP** Sistema Integrado de Gestão de Repasses desenvolvido com apoio Gerência de Transferências (GETRA) com o objetivo de substituir o SisCon nos módulos de convênios de despesa e parcerias com organizações.



✓ **SINCIN** Sistema de Controle Interno. Funcionalidades desenvolvidas com apoio negocial da Gerência de Auditoria (GERAU): emissão de relatórios: de fiscalização, para usuários com perfil de Fiscal de contrato; anual do controle interno, para atendimento ao TCE/PI



✓ **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA** Disponibilização dos dados das licitações e contratos a partir dos sistemas do TCE (LicitaçõesWeb e ContratosWeb); Ações para refletir os dados do sistema antigo (INFOFOLHA/SFP) e do novo sistema; Demandas do TCE PI: Desenvolvimento do módulo de Transparência COVID, e módulo de Dívida Pública. Desenvolvimento do Novo Portal da Transparência (em andamento).



✓ **SISTEMAS E-SIC E E-OUV** Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão e Canal integrado para encaminhamento de manifestações a órgãos e entidades. Os sistemas e-SIC e e-OUV passaram por manutenções corretivas e pequenas melhorias. Os dois sistemas estão sendo substituídos pelo Fala.Br.



✓ **FALA.BR** Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Migração para a nova plataforma nacional integrada em andamento; Treinamento dos gestores e usuários efetuados.



NÚCLEOS SETORIAIS

Kilmer Távora Teixeira

MISSÃO

Orientar os Núcleos de Controle Interno; Assessorar o gestor da unidade quanto à eficiência e a regularidade na gestão pública.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Executar as atividades de consultoria e monitoramento, com vistas a agregar valor à gestão e otimizar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle interno e governança.

Os Núcleos Setoriais da CGE são formados por auditores governamentais de carreira que, em 2022, estiveram presentes em 10 órgãos do Poder Executivo Estadual, conforme descrito abaixo:

UNIDADE

Nº DE AUDITORES

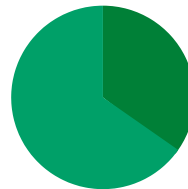
✓ Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SASC	1
✓ Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS	
✓ Secretaria de Administração e Previdência – SEADPREV	2
✓ Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ	1
✓ Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI	3
✓ Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF)	1
✓ Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI	
✓ Secretaria de Estado da Educação – SEDUC	3
✓ Secretaria de Estado dos Transportes - SETRANS	1
✓ Secretaria de Estado da Segurança – SSP-PI	1

ATIVIDADES DE CONTROLE

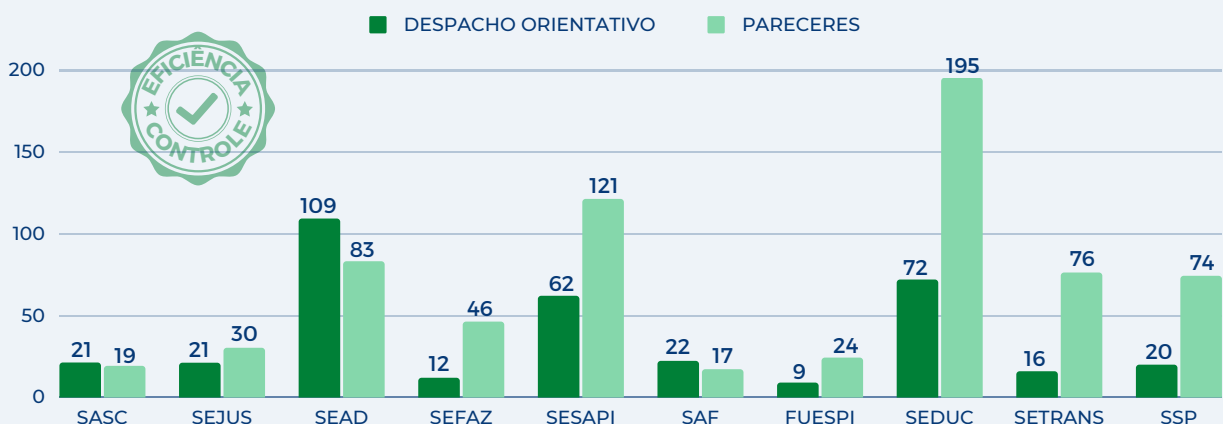
No tocante às manifestações técnicas emitidas, os auditores setoriais realizaram 364 despachos orientativos e emitiram 685 pareceres, totalizando 1.049 atividades de controle.

Pareceres
65.3%

Despachos orientativos
34.7%



QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS POR NÚCLEO



Dessa forma, os Núcleos Setoriais da CGE cumprem o papel de assessorar a administração pública nos aspectos relacionados com o controle interno quanto à legalidade, economicidade e eficiência dos atos de gestão, emitindo despachos orientativos e pareceres técnicos.

CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO

Antônio Lima Bacelar Júnior

MISSÃO

Promover, orientar e coordenar os trabalhos de correição no âmbito do Poder Executivo Estadual.

ATIVIDADES DE CONTROLE

✓ 131 Processos Administrativos Disciplinares - PAD's instaurados

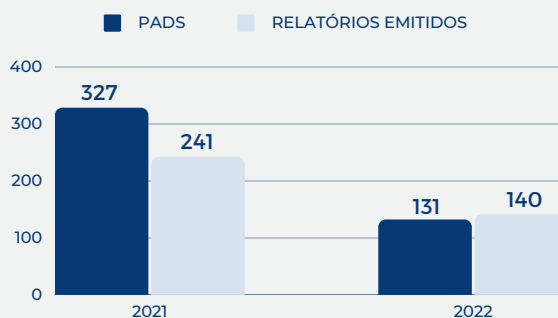
✓ 140 relatórios emitidos que são distribuídos da seguinte forma:

- ✓ 20 arquivamentos;
- ✓ 04 suspensões;
- ✓ 77 demissões;
- ✓ 01 nulidade;
- ✓ 37 absolvição;
- ✓ 01 destituição de cargo em comissão.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

Realizar ou determinar a realização de correições que compreendem as atividades relacionadas à prevenção e apuração das irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Estadual, por meio da instauração e condução de processos administrativos disciplinares, sindicâncias e demais procedimentos correccionais; e propor a adoção das medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

COMPARATIVO 2021 E 2022



EMIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE PAD

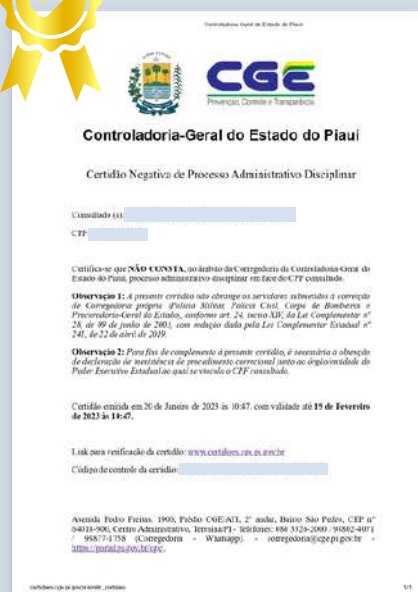
A CGE lançou um site para emissão de Certidões Negativas de Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD). O sistema foi criado visando desburocratizar o processo de solicitação do documento no âmbito da Corregedoria.

O documento é normalmente utilizado por servidores públicos do Poder Executivo estadual a título de comprovação em concursos e pedidos de licença capacitação. A Certidão não abrange os servidores submetidos à correição da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Procuradoria-Geral do Estado, que possuem suas próprias corregedorias.

COMO EMITIR A CERTIDÃO NEGATIVA DE PAD?

Para acessar o sistema de Certidões Negativas de PAD, basta o usuário acessar o site <http://certidoes.cge.pi.gov.br/> e digitar o seu CPF no campo especificado para emitir a Certidão.

Para fins de complemento, é necessária a obtenção de declaração de inexistência de procedimento correccional junto ao órgão/entidade do Poder Executivo Estadual ao qual se vincula o CPF consultado.



OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

Soraya Castello Branco

MISSÃO

Promover, orientar e coordenar os trabalhos de Ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Estadual.



Através da Ouvidoria o cidadão pode enviar manifestações tais como: solicitações, sugestões, reclamações, elogios, e fazer a diferença para melhorar os serviços públicos.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

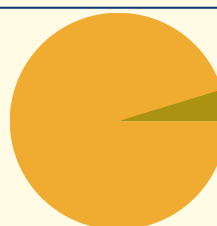
Fomentar a participação da sociedade estimulando o controle social, a transparência pública e o acesso à informação; fortalecer a integração entre sociedade e governo, através de sugestões, denúncias, reclamações, solicitações e elogios; promover a defesa dos direitos e interesses da população, assegurando-lhes oportunidade de participação na gestão pública.

Total de manifestações

8.784

Referente aos Sistemas e-Ouv e Fala.Br no período de 01/01/2022 a 31/12/2022

e-Ouv*
95,3%



Fala.Br**
4,7%

*8.370 manifestações no período de 01/01/2022 a 13/12/2022.

**414 manifestações no período de 22/11/2022 a 31/12/2022.

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES

5.916
SOLICITAÇÕES

1.550
RECLAMAÇÕES

970
DENÚNCIAS

28
SUGESTÕES

277
ACESSO À INFORMAÇÃO

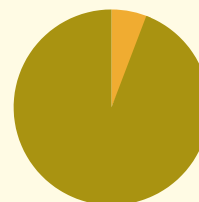
43
ELOGIOS

SITUAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES

94,2%

das manifestações foram encerradas em 2022

Em análise
5,8%



Encerradas **8.275**

Em análise **509**

Encerradas
94,2%

EVOLUÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES ENTRE 2019 A 2022



AUMENTO DE 104,1%

nas manifestações registradas se comparado 2021 e 2022

MANIFESTAÇÕES

10.000

7.500

5.000

2.500

0



2019

2020

2021

2022

1.062

2.772

4.303

8.784

GERÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL - GETCS

Alexandre Farias Chaves

MISSÃO

Realizar as atividades de avaliação, controle, orientação e acompanhamento das políticas de acesso à informação pública e de promoção do controle social.

O sistema e-SIC permite aos cidadãos:

- ✓ Registrar pedidos de informação;
- ✓ Acompanhar pedidos de informação: trâmites e prazos;
- ✓ Entrar com recursos;
- ✓ Consultar respostas recebidas.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

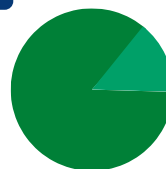
Gerir os pedidos de informação solicitados via e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), criado a partir Lei n.º12.527/11, que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Piauí. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas. O acesso ao sistema é feito via web.

ATIVIDADES DE CONTROLE

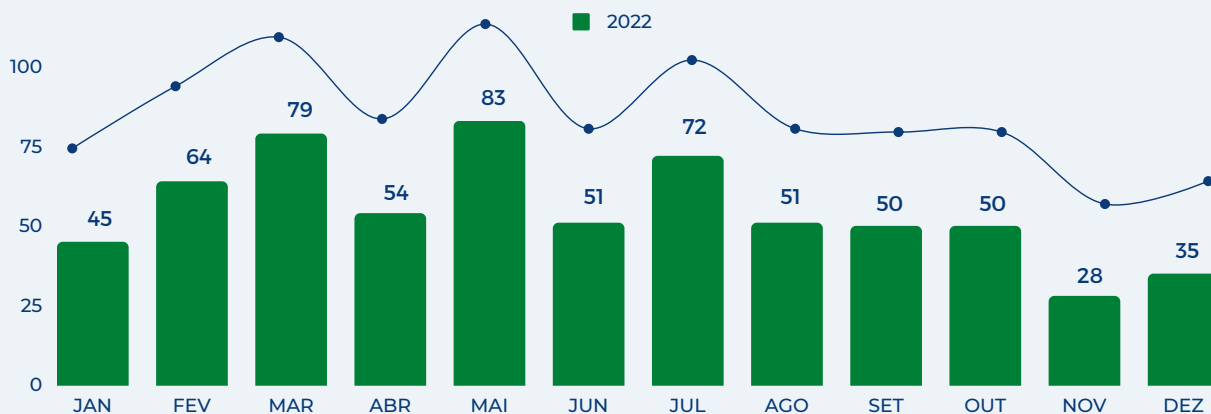
No tocante às manifestações, foram registradas no Sistema e-Sic 662 solicitações de Acesso à Informação, das quais 565 foram respondidas e 97 estão em análise.

Respondidas
85.3%

Em análise
14.7%



QUANTIDADE DE SOLICITAÇÕES REGISTRADAS POR MÊS



EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS

O gerente de Transparência e Controle Social da CGE, auditor governamental Alexandre Chaves, esteve com estudantes do Colégio Estadual Zacarias de Góis (Liceu Piauiense) onde ministrou palestra sobre a importância do engajamento como parte do desenvolvimento social.

Na ocasião, foram tratados temas como: eficiência, eficácia, efetividade, o papel do Estado na sociedade democrática, origem e aplicação dos recursos públicos, a importância do zelo pela coisa pública e o papel do cidadão no controle do gasto público. A iniciativa faz parte do plano de ação do Programa de Educação Fiscal, do qual a CGE integra juntamente com as Secretarias de Fazenda e de Educação do Estado.



CAPÍTULO 5

ATIVIDADES CONTÍNUAS

CURSOS E TREINAMENTOS

MISSÃO

A CGE tem como atribuição, também, ministrar cursos e treinamentos, prestando orientação técnica aos órgãos quanto à aplicação das normas legais e, em especial, as de contabilidade, de controle interno e de auditoria, bem como o cumprimento das diretrizes governamentais a fim de evitar a ineficiência, má aplicação dos recursos públicos e atos de improbidade administrativa;

Em 2022, os treinamentos retornaram presencialmente com foco em duas áreas de atuação: fiscalização de contratos e treinamento para utilização do sistema eSocial.

✓ FISCAIS DE CONTRATOS

A Gerência de Avaliação e Auditoria - GERAU realizou a capacitação para os Fiscais de Contratos do Poder Executivo Estadual.

Em seis turmas, **250 pessoas** participaram do treinamento de '*Fiscalização de Contratos Administrativos – Legislação x Aplicação*', ministrado pela Auditora Governamental, Giovanna Garcia.

250
capacitados



✓ PADRONIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

A Gerência de Avaliação e Auditoria - GERAU realizou o processo de monitoramento da execução dos contratos celebrados pelos órgãos e entidades estaduais.

O trabalho foi realizado pelos auditores governamentais em 40 órgãos do Estado e visa a padronização dos instrumentos de controle nos contratos vigentes.

40
órgãos
capacitados



✓ ESOCIAL NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

- ✓ Treinamento interno colocando como piloto, a CGE no processo de implantação do eSocial. Inicia a extração dos dados do SIAPE para incluir as informações necessárias no eSocial e em uma segunda etapa, a CGE e a ATI repassam as orientações para os órgãos.


- ✓ Participação do Webinar Nacional sobre o eSocial para os órgãos públicos. O evento, que aconteceu de forma on-line, via YouTube, abrangeu as formações sobre os principais pontos do projeto, visando esclarecer os procedimentos que serão tomados para o início da utilização nos órgãos públicos.


- ✓ A CGE, ATI e Seadprev, estiveram em treinamento com a empresa Vobys para alinhar os trâmites e dar início à segunda fase de inclusão de informações no sistema federal. A Vobys é a empresa responsável pela criação do SIAPE no âmbito do Estado. O sistema reúne as informações de Recursos Humanos e de folha de pagamento.


- ✓ Representantes de 36 órgãos e entidades estiveram reunidos no auditório da CGE/ATI para capacitação do eSocial, com o objetivo de dar prosseguimento às fases de inclusão de dados no sistema do governo federal. O professor e palestrante Ângelo Costa, de Brasília/DF, destacou a teoria e a prática do gerenciamento dos eventos.


- ✓ Capacitação com cerca de 20 órgãos e entidades estaduais para o cumprimento do prazo da obrigatoriedade do envio da DCTFWeb à Receita Federal. O treinamento tratou do envio das informações prestadas no módulo EFD-REINF.


- ✓ Durante todo o ano, foram realizados treinamentos para 54 órgãos e 96 servidores com o intuito de orientar de forma prática sobre a transmissão dos eventos no sistema do eSocial.



CURSOS E TREINAMENTOS

✓ **FORMAÇÃO DE CONTROLADORES INTERNOS**

Durante 2022, a CGE realizou a Avaliação do Curso de Formação de Controladores Internos para 51 servidores do Estado. A primeira prova ocorreu no dia 25 de março, com 29 inscritos, dos quais 21 foram aprovados; enquanto a segunda avaliação aconteceu no dia 24 de junho com 22 inscritos, dos quais 21 foram aprovados.

42
aprovados



Aprovados
82,4%



Reprovados
17,6%

✓ **NOVA LEI DE LICITAÇÕES**

As mudanças trazidas pela nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021) foram abordadas pelas auditoras governamentais Giovanna Garcia e Rosângela Albuquerque que compartilharam os conhecimentos adquiridos em capacitação realizada em Brasília (DF).

✓ **ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO**

Os auditores governamentais Rui Larrion, Luciana Gomes, Milde Lemos, Inácio Carvalho e a assessora técnica Nayara Negreiros participaram do curso de formação sobre a Nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/21), a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21) e a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42), bem como sobre suas atualizações. O evento foi promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC) e teve como ministrante o conselheiro substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), Marcos Antônio Rios de Nóbrega.

✓ **ATUALIZAÇÕES NA NOVA LEI**

Os auditores governamentais, Alan Viana, Lúcio Demes e Francisco Feitosa, participaram do curso "Advogados Públicos e a Nova Lei de Licitações - Temas e Novidades que devem ser conhecidas por assessores, procuradores jurídicos e profissionais do Controle". A capacitação, em Brasília - DF, abordou temas como gestão de riscos, controle, nulidade, parecer jurídico, entre outros.



CURSOS E TREINAMENTOS

✓ XVIII ENCONTRO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO

O Controlador-Adjunto, Décio Moura, e do Auditor Governamental, Darcy Siqueira, representaram a CGE/PI no XVIII Encontro Nacional de Controle Interno, em Cuiabá, no Mato Grosso. O evento, foi promovido pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e teve como objetivo discutir o Controle Interno contribuindo com pautas atuais para sociedade brasileira.



✓ EXPLANAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS – SISCON

A auditora governamental, Luciana Gomes, esteve na capacitação para entidades, promovida pelo SEID, onde apresentou a explanação do Sistema de Gestão de Convênios – SISCON. O treinamento teve como objetivo a instrução sobre o acesso aos recursos públicos para a realização de parcerias e convênios celebrados entre o poder público e as entidades e a devida prestação de contas no Sistema.



✓ SEMINÁRIO NACIONAL DE TIC PARA A GESTÃO PÚBLICA

A Gerência de Tecnologia e Informação – GETIN, participou do SECOP 2022 – Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública, em Curitiba – PR. Com o tema “Governo e Tecnologia com Foco no Cidadão”, o evento tem como objetivo discutir as novas tendências em avanços tecnológicos para o cidadão com aspectos de segurança, privacidade, além de abordar assuntos como liderança, soluções digitais e riscos da Cyber Segurança no Governo na era da nuvem.



✓ XVI ENCONTRO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO E CONACI

A Gerente de Avaliação e Auditoria, Giovanna Garcia, e o Auditor Governamental, Darcy Siqueira, participaram do XVI Encontro Estadual de Controle Interno, no Centro de Eventos do Ceará, que trouxe como tema “Controle Interno Conectando Redes em Ambientes Complexos”.

Os auditores também representaram a CGE/PI na 44ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), em Fortaleza, Ceará. O encontro teve como objetivo debater experiências que podem contribuir com o dia a dia das controladorias.



CURSOS E TREINAMENTOS

✓ FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

O auditor governamental Carlos Garcês esteve com os fiscais de contratos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí com o objetivo de realizar orientação técnicas nos procedimentos desenvolvidos nas rotinas de trabalho.



✓ ORIENTAÇÃO AOS SETORIAIS

O auditor governamental Márcio Rodrigo, esteve com servidores da SEFAZ para orientá-los quanto aos procedimentos técnico-operacionais para a realização de Pesquisa de Preços nos processos de contratações, alterações ou prorrogações contratuais para aquisição de bens e prestação de serviços comuns no âmbito do Poder Executivo Estadual.



✓ CONTROLADORIA MUNICIPAL

O auditor governamental Márcio Rodrigo, ministrou o curso de formação em Controladoria Municipal, voltado para controladores internos dos municípios. Cerca de 50 profissionais participaram do treinamento que teve como objetivo desenvolver competências profissionais para exercer atividades de controle interno no setor público municipal, baseadas em boas práticas de gestão de riscos e governança, bem como, normas estabelecidas pelas legislações vigentes.

A capacitação é uma realização da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM) e da Escola de Gestão e Controle (EGC), do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE).



✓ SEMINÁRIO SOBRE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO

Os auditores governamentais Felipe Leal e Iriana Feitosa juntamente com as servidoras Samira Amorim e Ellys Prado, participaram do "Seminário Previdência do Servidor Público do Estado do Piauí", realizado pela Fundação Piauí Previdência, no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). O evento teve como objetivo a capacitação dos servidores estaduais que atuam na área de concessão de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Piauí, e visa, prioritariamente, fornecer atualizações sobre as normas de aposentadoria e pensão do servidor público estadual.



CURSOS E TREINAMENTOS

✓ AUDI I E II COM ÊNFASE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS – EOP

A CGE, em parceria com o Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), promoveu o treinamento AUDI I e II com Ênfase em Órgãos Públicos – EOP. A capacitação, ministrada pela instrutora do IIA Brasil, Liane Angoti, teve como objetivo a qualificação dos auditores governamentais para fazer consultoria nas áreas de gestão de riscos, controle e governança. O módulo AUDI I iniciou com conceitos básicos e atividades que podem ser desenvolvidas como governança, ética, transparência, planejamento estratégico, entre outros. No módulo AUDI II, foi detalhado com mais complexidade para qualificar ainda mais a equipe a fim de promover um ótimo plano de auditoria, considerar trabalhos importantes com base em riscos, consultoria e de boas avaliações. O curso, que aconteceu na modalidade presencial em Teresina – PI, proporcionou uniformizar os conceitos sobre as técnicas de execução de auditoria interna no setor público.



✓ ESTÁGIÁRIOS

Considerando a oportunidade de contribuir ainda mais no aprendizado dos estudantes estagiários (as) que fazem parte desta CGE, foi realizada a transmissão on-line do Curso de Formação de Controladores Internos e participação presencial no curso de fiscais de contratos. Na oportunidade, os auditores Alan Soares e Raphael Teixeira contribuíram, ao final das transmissões, para explicar o conteúdo e sanar as dúvidas dos acadêmicos. As capacitações são fundamentais para se ter ferramentas necessárias para a realização das atividades e uma maior efetividade do serviço.



✓ REUNIÃO TÉCNICA COM OUVIDORIAS SETORIAIS

Na 1ª Reunião Técnica com Ouvidores do Governo foram abordados aspectos sobre a proteção de dados dos usuários, fluxos das denúncias junto à Corregedoria-Geral e orientações sobre modelos de processos de ouvidoria no sistema SEI.



CURSOS E TREINAMENTOS

✓ SEMINÁRIO OUVIDORIAS MUNICIPAIS

O seminário "Ouvidorias municipais: requisitos essenciais para criação e funcionamento" teve objetivo de incentivar e orientar os municípios que integram o Plano Geral de Atuação Finalística do Ministério Público do Piauí, que não possuem ouvidoria, a instituírem a sua, conforme o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei nº 13.460/2017).



✓ OUVIDORIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Gerente de Atendimento e Triagem, Thaysy Castro, realizou as capacitações dos Núcleos Setoriais de Ouvidoria da área de segurança pública para utilização do Fala.BR. O Estado do Piauí entrou no processo de implantação da plataforma nacional integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação e reuniu os Ouvidores da Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Segurança e Corpo de Bombeiros para o treinamento sobre a plataforma.



✓ SEMINÁRIO OUVIDORIAS MUNICIPAIS

O seminário "Ouvidorias municipais: requisitos essenciais para criação e funcionamento" teve objetivo de incentivar e orientar os municípios que integram o Plano Geral de Atuação Finalística do Ministério Público do Piauí, que não possuem ouvidoria, a instituírem a sua, conforme o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei nº 13.460/2017).



✓ 1º FÓRUM DE EDUCAÇÃO FISCAL

O gerente de Transparência e Controle Social Alexandre Chaves e o auditor Darcy Siqueira participaram do evento que teve como objetivo promover a conscientização da população sobre a importância dos tributos e sua correta aplicação, bem como a transparência e o controle social. O evento foi transmitido pelo Canal Educação, no Youtube.



✓ 1º ENCONTRO DE GESTORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS

O gerente de Transparência e Controle Social Alexandre Chaves participou do 1º Encontro de Gestores das Escolas Estaduais com o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal do Programa Estadual de Educação Fiscal. O evento teve como objetivo refletir o tema "A importância da escola na educação fiscal e cidadania em tempo integral".



PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

✓ MEDALHA "IMPERADOR DOM PEDRO II"

O auditor governamental Darcy Siqueira foi agraciado com a Medalha "Imperador Dom Pedro II", durante solenidade alusiva às comemorações de 78 anos do Corpo de Bombeiros. A honraria foi entregue pela Governadora do Estado, Regina Sousa. A Controladora-Geral Amparo Esmério participou da solenidade.



✓ MEDALHA "AMIGO DA POLÍCIA"

O auditor governamental Carlos Garcês, foi agraciado com a medalha "Amigo da Polícia", um reconhecimento pelos serviços prestados à Polícia Militar do Piauí. A honraria foi entregue pelo prefeito de Teresina, Dr. Pessoa durante a solenidade alusiva ao Dia da Bandeira, que ocorreu no Quartel do Comando Geral da PMPI, em Teresina.



✓ CIDADE INCLUSIVA

A CGE, por meio da Ouvidoria-Geral do Estado, participou da primeira edição do Cidade Inclusiva, um evento realizado pela Seid e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conede). O evento foi realizado na Escola José Pacífico de Moura Neto, no bairro Novo Horizonte, na zona Sudeste de Teresina.



✓ DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

A CGE, por meio da Rede de Controle de Gestão Pública, participou do evento em alusão ao Dia Internacional contra a Corrupção, no Teresina Shopping, zona leste de Teresina. O objetivo é promover a conscientização da população no Piauí e aproximar o cidadão da informação mostrando os canais de acesso disponíveis a sociedade para melhor controle social.



CAPÍTULO 6

**COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL**

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

Ana Virgínia da Silva Santos

MISSÃO

Promover as atividades de comunicação social, compreendendo imprensa, publicidade, propaganda, relações públicas e promoção de eventos da CGE.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

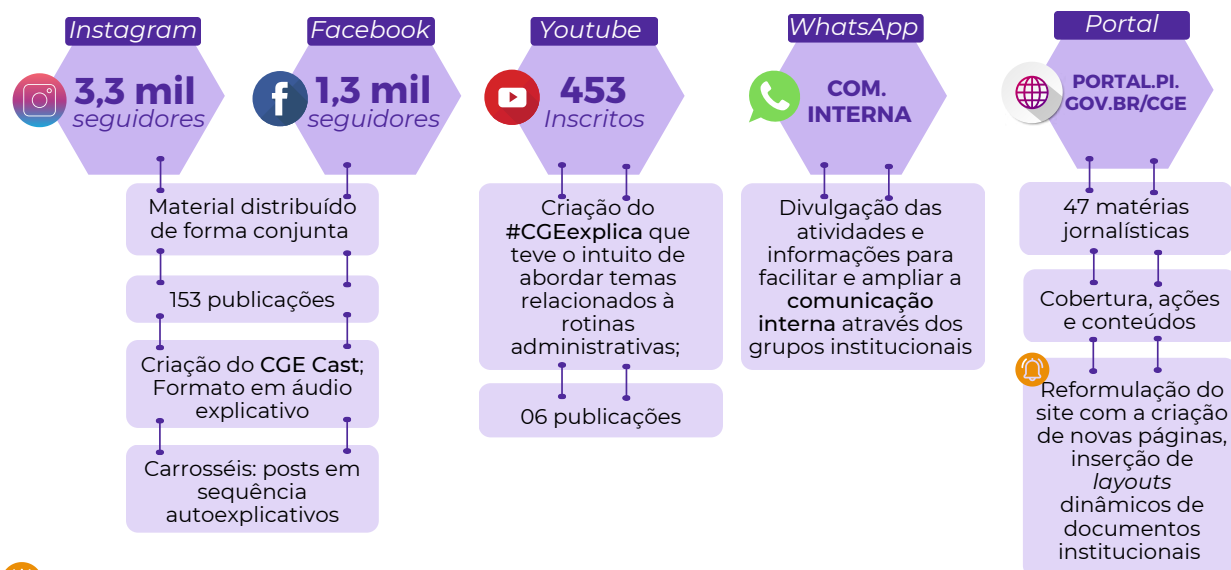
- I – prestar assessoria à Controladora-Geral do Estado e demais autoridades da CGE;
- II – planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação interna e externa da CGE;
- III – produzir material jornalístico e institucional para divulgação das ações da CGE.
- IV – planejar e executar a comunicação digital.



Toda e qualquer divulgação e vinculação da imagem da CGE/PI está alinhada às diretrizes de comunicação do órgão, bem como da Coordenadoria de Comunicação do Estado de Piauí.

ATIVIDADES

Para alcançar a compreensão dos cidadãos e um relacionamento com a imprensa, a CGE trata os acontecimentos com uma linguagem dinâmica e transparente através dos perfis institucionais nas seguintes mídias sociais digitais: *Instagram, Facebook, Youtube, WhasApp*, além do site institucional.



A reforma do site da CGE trouxe mais agilidade na busca de documentos proporcionando ao usuário localizar arquivos por tipo de material específico, usando atalhos de busca e, ainda, se preferir, encontrar por tipo de assunto. Para isso, foram inseridas páginas com layouts dinâmicos que podem ser encontrados na 'Central de Conteúdos'.



Em cumprimento à Legislação Eleitoral, Decreto nº 20.920 do Governo do Piauí que preconiza a observância das normas eleitorais, as publicações de conteúdo noticioso nos perfis das redes sociais e no site oficial foram suspensas no período de 02 de julho a 02 de outubro quando encerrou o período eleitoral. Dessa forma, as atividades desta Controladoria passaram a ser divulgadas somente nos grupos institucionais.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

Ana Virgínia da Silva Santos

AQUI TEM NOTÍCIAS

Os canais digitais tiveram um aumento significativo. Imagens do ambiente de trabalho e posts explicativos são os assuntos que mais impulsionaram nas redes representando os conteúdos audiovisual. Aqui destacamos algumas coberturas, ações e temas noticiosos que foram destaques na imprensa.

REGINA NOMEOU
NOVA CONTROLADORA
A governadora Regina Sousa (PT) exonerou, a pedido, Márcio Rodrigo de Araújo Souza do cargo de Controlador Geral do Estado. O decreto foi publicado na edição do dia 13 de abril do Diário Oficial do Estado. Para o lugar de Márcio Rodrigo foi nomeada Maria do Amparo Esmerio Silva como nova Controladora Geral do Estado.

CGE/PI inicia processo de monitoramento da execução dos contratos nos órgãos estaduais

Comissão avança para a segunda fase de implantação do ...

Amparo Esmério assume Controladora-Geral do Estado e promete zelo a gestão

CGE/PI mostra experiências de ouvidoria a municípios do Piauí

CGE orienta sobre transferências voluntárias em período eleitoral no Piauí

CGE cria site para emissão de Certidões Negativas de PAD no Piauí

Fala.Br: ouvidores recebem capacitação para uso de nova plataforma de Ouvidoria

Fala.Br: está no ar a Plataforma Nacional Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

CGE/PI promove capacitação para auditores internos

CGE avalia avanços da implantação do eSocial no Governo estadual

FIQUE POR DENTRO DE TUDO QUE ACONTECE NA CGE/PI

APONTE A TELA DO CELULAR PARA O CÓDIGO

ELABORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO

*Ana Virgínia da Silva Santos
Andressa Carvalho (estagiária)*

